



Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

## **A ECONOMIA EM CRISE E O DESEQUILIBRIO GLOBAL: um ensaio sobre causas estruturais <sup>1</sup>**

Publicado no site em 21/12/2011

Euripedes Falcão Vieira <sup>2</sup>  
Marcelo Milano Falcão Vieira <sup>3</sup>

### **Resumo**

O presente ensaio é o resultado de reflexões sobre as causas determinantes da grave crise financeira que teve início em 2008. Ela produziu efeitos negativos em todo campo da economia e, também, na ordem social dos países partícipes da ordem global. Não foi, portanto, uma crise do setor produtivo da economia, mas especificamente, da especulação financeira que se instalou no interior do campo econômico, irradiando-se, rapidamente, com maior ou menor intensidade, em todas as estruturas e organizações voltadas à produção e ao bem-estar social. Bolhas ou outras denominações que se queira dar representam, apenas, jogo de palavras nos desvios da atividade financeira. A economia global se movimenta pelo sistema de crédito, alimentador dos recursos aos investimentos produtivos. Desvios de finalidade nesse setor afetam o conjunto do sistema econômico. A análise desenvolvida neste ensaio procura focalizar as causas do desequilíbrio financeiro global, ainda longe de solução, fora das interpretações normalmente feitas a partir dos efeitos produzidos. A regulação aplicada na economia global do século XXI é inapropriada, pois foi estabelecida para outra realidade econômica, já vencida. Sem novas regras de regulamentação, especificamente globais, novos surtos de crises financeiras irão, periodicamente, perturbar a ordem econômica e social dos países individualmente ou em blocos econômicos.

**Key words:** crise financeira, reordenamento global, papel do Estado.

### **1- Os desequilíbrios na ordem econômica global**

A ordem econômica global iniciada nos anos 1970 e que ganhou impulso a partir dos anos 1990, configurou o novo ordenamento na relação produção-consumo, sob a caracterização geográfica conhecida como globalização. Na verdade, pode-se considerar a globalização como uma grande metáfora sob a qual se desenrolam processos econômicos geoestratégicos, relações transterritoriais e desterritorializações. A formação de blocos econômicos, alianças estratégicas, acordos multilaterais, regionalização e gestão de territórios compartilhados na produção, distribuição e consumo caracterizam a conformação global. Nela há vantagens e desvantagens competitivas, evolução positiva nos resultados, bem como, enfrentamento de crise a partir de um epicentro hegemônico, irradiando efeitos negativos a toda sociedade globalizada.

A atual crise na economia financeira transitada para a economia de produção, bem reflete a interatividade da base comum, mostrando, claramente, a indissociabilidade global, embora, os tempos-rítmicos de desenvolvimento sejam

marcados por diferenças; essas, com variáveis históricas e culturais no amplo cenário onde se movimentam os povos, se articulam nações e se aplicam estratégias de produção-consumo.

Este estudo visa a análise de razões estruturais e organizacionais da economia global, capazes de rapidamente passar da euforia dos mercados ao desequilíbrio das bases econômico-sociais de sustentação dos Estados-nação. As rupturas sociais conseqüentes geram ansiedade e incerteza. Krugman (2008) chamava a atenção para a crise global em andamento. Hoje, três anos após, ela ressurgiu no âmbito da União Européia criando, recorrentemente, colapsos nacionais.

A liberalização dos mercados de capitais e financeiros (Stiglitz, 2002; Senarclens, 2005) provocou crises globais na década de 1990 com continuidade na primeira década do século XXI. Analisada pelo viés financeiro por muitos especialistas, a crise global é, contudo, uma crise sistêmica, estrutural e organizacional. Sem instituições globais públicas de regulamentação e controle à livre movimentação de capitais especulativos, inevitavelmente, as economias nacionais ficam sujeitas à volatilidade dos mercados financeiros.

Países endividados historicamente, sem uma sólida base nacional de desenvolvimento, esgotam suas possibilidades de arcar com os pesados ônus da dívida pública, se desestruturam e desmoronam ante as impossibilidades de honrar compromissos com os credores externos. As ajudas financeiras só agravam os problemas, rolando-os para o futuro das incertezas. Como entender os graves e repetidos desequilíbrios globais?

Há uma primeira análise que precisa ser bem focada. Numa visão holística a crise de 2008 foi o resultado de um processo de distorção no sistema econômico. O desenvolvimento econômico mudou de lógica, passando de um processo para suprir necessidades humanas em ascensão para tornar-se "um momento em que a comercialização dos modos de vida não mais encontra resistências nas estruturas, culturais, nem ideológicas; e em que as esferas da vida social e individual se reorganizam em função da lógica do consumo", Lipovetsky (2004, p.31). Pela lógica do consumo "a riqueza não se fará mais com a riqueza, mas com a dívida", Ferry (2010, p.13). O endividamento sem controle, fora das estruturas, levou a iniciativas obscuras de créditos estimulados sem garantias no patrimônio individual ou familiar, ou, ainda nos salários.

Assim, a crise do campo econômico é inicialmente estrutural. Dentro da estrutura e da organização econômica, como uma malignidade, ganhou força a economia financeira, um vetor negativo – especulação – que somado ao consumismo irracional desequilibraram a economia. Ainda Ferry (2010, p.45) lembra que "a pobreza, que é algo relativo, fica insuportável quando as seduções do consumismo formam o fundo e o horizonte da existência", ou seja, para o autor o sentido da vida não pode ter como único horizonte o consumo.

A globalização é a ordem econômica da presente modernidade. Na verdade, é uma palavra a expressar as mudanças de rumos, procedimentos e estratégias para a produção, distribuição e o consumo. Ela é o resultado das inovações tecnológicas desenvolvidas no sentido da expansão do impulso produtor, envolto em interesses amplos na escala global. Para tanto, a globalização da economia forma um sistema complexo e dominante. Conforme Vieira e Vieira (2007:20) "a globalização tem uma lógica de ação, de articulação, funcionando em tempo real por meio de uma gigantesca teia de interconexões". Sendo, efetivamente, um sistema, e complexo, é natural pensar que sua operacionalidade e sustentação em diversos lugares do mundo só se tornem possível por meio da alta tecnologia, das redes estabelecidas e da competitividade.

A globalização competitiva tornou-se uma alucinação que escapa do domínio consciente das vontades, causando rupturas sucessivas, desequilibrando os comportamentos produtivos e de consumo. A "economia global está mudando com mais rapidez que em qualquer outra época da história", Altman (2011, p.11). Teorias são formuladas para explicar os modelos econômicos aos longos dos anos, as relações entre o impulso produtivo da atividade humana e o crescimento social

das populações de cada país. A última, senão uma das últimas é a teoria da convergência, pela qual todas as economias se encontrariam na mesma trajetória de desenvolvimento, Altman (2011, p. 13) e chegariam a um mesmo patamar de progresso e riqueza. Contudo, não foram consideradas as diferenças de ordem cultural, dominação e qualificação interna das populações.

O que se consubstanciou ao longo do tempo, claramente explícita na presente modernidade, é a diferença de ritmo de desenvolvimento face às contradições apontadas. O próprio autor citado (Altman, p.13) afirma que os retardatários do progresso “quando começam a competir com os líderes, cabeça a cabeça, nos mercados mais sofisticados, o progresso naturalmente se tornaria mais lento”. Na verdade são os diferentes tempos-rítmicos de desenvolvimento, indissociavelmente ligados aos paradigmas cultura, inovação, mudança que respondem pelos desequilíbrios globais.

Um primeiro desequilíbrio fica evidente: os lugares globais, interconectados em redes, operam atividades de alta tecnologia em territorialidades onde o tempo rítmico de desenvolvimento é muito desigual. Outro importante desequilíbrio é o de natureza cultural; as diferenças não podem ser igualadas ainda que as redes criem uma cultura, uma intelectualidade global. Certas diferenças permanecerão, pois fazem parte da identidade nacional, são predicativos de formações étnicas. Nesse sentido, a globalização não é um denominador comum, uma ordem de igualdades e resultados positivos para todos.

Os diferentes tempos-rítmicos de desenvolvimento em continentalidades diferentes e, nelas, regionalidades diferentes, contextualizam realidades diferentes em Estados-nação que reagem, também, de maneira diferente. Como a ordem econômica global não foi suficientemente conceituada pensa-se, de modo simplista e reducionista, na possibilidade de todos participarem com vantagem competitiva a partir de um modelo comum. Aí está o terceiro grande desequilíbrio: não há um modelo comum. Cada país deve ter seu próprio modelo a partir de um plano estratégico de desenvolvimento.

Formular um planejamento e gestão estratégica interna é criar uma conformação nacional forte, sobressaindo-se a qualificação da população e sua evolução cultural. O mercado interno ao ser compatível com o processo produtivo próprio, identificado com a mudança e a inovação permanente, complementa suas carências na ordem externa, numa inserção qualitativa.

Assim a globalização passa a ter um novo sentido. Global são as interações das diferenças, equacionadas em relações convergentes e complementares do que cada Estado-nação tem de melhor, mais qualificado e avançado em suas estratégias de desenvolvimento. Se há diferenças, há, igualmente, resultados diferentes, sem que isso signifique, necessariamente, situações negativas. O que está em jogo são complementaridades de ambos os lados, ainda que uns sejam mais hegemônicos que outros.

De alguma forma, sempre há uma hegemonia nas relações internacionais, contudo, não podem ser prevalentes em se tratando de interesses recíprocos. Os blocos econômicos e as alianças estratégicas entre países regionalizados ou não no cenário interregional objetivam metas compensatórias considerando as diferenças de cada um. Isso trás, como consequência, um fortalecimento das relações de produção e consumo, mesmo considerando variáveis globais, porque as economias internas são suficientemente desenvolvidas para dar sustentação aos desequilíbrios externos que se manifestam com certa ciclicidade.

A idéia de uma economia global não foi uma imposição ideológica, mas uma mudança progressiva no modo de produção e consumo a partir de variáveis tecnológicas e políticas. Cenários políticos em transformação liberaram enormes contingentes populacionais para o consumo, ao passo que o avanço tecnológico e, particularmente, a nova modernidade com a mudança de signo – microeletrônica – exigia passagem para espaços econômicos mais amplos. Os espaços econômicos abertos foram, naturalmente, motivados pela ampliação do consumo e da base paradigmática do conhecimento e da informação, numa escala geográfica mais ampla.

Na verdade, a globalização não tomou o espaço, mas envolveu-se com o espaço mundial, houve uma reestruturação, um "ajuste espacial", segundo Harvey (2005, p.142); o autor conclui: "é que as crises se tornam mais globais em escopo, enquanto os conflitos geopolíticos se tornam parte dos processos de formação e solução das crises". Essa afirmação corresponderia à criação de uma teoria geográfica histórica do capitalismo por parte de Harvey e secundada por outros autores no campo das relações entre a geografia e a economia. Soja (1993, p.158) consagra a reafirmação do espaço como um produto social, meio e resultado simultaneamente.

O mundo dos negócios sempre existiu nas várias conformações geográficas. O que mudou, ao longo do tempo, além das conformações geográficas, foram os modos de se efetivarem os negócios. O comércio vem de tempos imemoriais, tanto no interior como nos relacionamentos externos de grupamentos étnicos. O comércio sempre gerou interesses conflitantes, prevalecendo, sempre, a vontade dos mais fortes, mais audazes, ou seja, hegemonias em decorrências de tempo desiguais. Em dado momento crises se instalam e repercutem mais fortemente se partirem das nações hegemônicas.

Na fase mercantilista das grandes companhias ocidentais e orientais, durante a revolução industrial e mais recentemente na expansão de empresas multinacionais, períodos de normalidade e crise estiveram presentes. Como também em décadas pré-globalização e, particularmente, na ordem global. Portanto, crise no sistema econômico não é um privilégio da presente modernidade, elas ocorrem com certa freqüência e são resultantes de desequilíbrios internos provocados pela própria expansão do sistema produtivo ou financeiro. Causas e efeitos podem ser localizados ou globalizados, dependendo do fator crise e dos encadeamentos externos.

A crise atual é sistêmica, porém não se entenda como tal uma responsabilidade de igual intensidade para toda comunidade global. Paradoxalmente, todos os países com enlaces globais sentem seus efeitos pela estrutura e organização do sistema. É nas territorialidades nacionais que se instalam os lugares globais para produção de componentes, insumos e montagens. No impulso de abertura econômica, os países deixaram para trás seus planos de desenvolvimento, e se envolveram numa teia global, com perda de comandos estratégicos.

Os principais ativos nacionais conquistados em projetos nacionais de desenvolvimento foram transferidos para o poder transterritorial, vinculando as atividades econômicas nacionais a uma ordem global mal definida. Dessa forma tudo que acontece de bom no desempenho nacional repercute favoravelmente nos centros do poder transterritorial; mas o que de irracional, e transgressor, ocorre em cada centro hegemônico do poder econômico global rapidamente se irradia, em maior ou menor escala, para todo o sistema.

A ordem econômica transterritorial desencadeada num tempo-espaço global opera de centros de comandos fragmentados em hegemonias de poder direcionadas a ações nos lugares sedes da produção. Os centros hegemônicos desenvolvidos operacionalizam suas atividades econômicas em lugares globais de produção, instalados em territorialidades nacionais onde o tempo-rítmico de desenvolvimento, por razões histórico-estruturais, teve uma dinâmica menos intensa. O reordenamento de lugares locais (herança histórica) em lugares globais (impulso da globalização) produziu os territórios abertos, cujos pressupostos básicos são: queda das barreiras espaciais; operacionalização dos lugares-globais; livre movimentação de capitais; fluxos cruzados de produção.

A estrutura e a organização econômica global se fundamentam na movimentação de fluxos em áreas transterritoriais, a partir da redefinição de territórios do ponto de vista geográfico, jurídico, político e militar. Essa contextualização cria os ambientes de negócios identificados com as economias desenvolvidas e hegemônicas, cujos padrões tecnológicos e práticas comerciais diferem em territorialidades nacionais. Inevitavelmente, o patrimônio estratégico nacional e o contexto social ficam alienados às decisões representativas de

interesses não correspondentes. Dessa forma, conforme Santos (1996:272), “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade”. Essa racionalidade global não é a racionalidade concebida por todos os países. Ela é concedida ou por dependências ou por carências estruturais internas capazes de levar à mesa de negociações os valores intrínsecos das diferenças em cada processo de desenvolvimento.

Cada Estado-nação tem um potencial de desenvolvimento cujo desencadeamento é dependente do processo histórico de formação e estruturação política. A mudança e a inovação sobrepondo-se ao tradicional e conservador são os fundamentos superiores ao tempo-rítmico de desenvolvimento mais acelerado. Mudança e inovação são paradigmas culturais que fazem avançar o conhecimento, fortalecendo a estruturação interna da sociedade. Sociedade forte é sociedade de Estado forte e economia forte. Esses pressupostos impõem presença forte do Estado-nação em qualquer contexto externo, produzindo vantagens comparativas pelo valor das diferenças.

Os planos nacionais de desenvolvimento no período 1950-1980, no Brasil, mostraram, claramente, o quanto se pode obter com a mobilização dos recursos nacionais para a construção e modernização da infraestrutura. Planejamento e gestão estratégica, plena utilização dos recursos naturais, avanços na educação e evolução cultural podem representar e ativar os pressupostos do Estado forte e da estrutura econômica de base nacional.

A complementaridade buscada no conhecimento e, particularmente, na alta tecnologia externa, não significa dependência, senão reforço da base nacional do desenvolvimento. Contudo, como acentuam Vieira e Vieira (2003:51) “a poderosa dialética desencadeada no processo de abertura das economias periféricas às novas formas e fluxos espaciais favoreceu a indiscriminada internacionalização econômica, provocando uma ruptura nos investimentos públicos e a desnacionalização de empresas [...]; os espaços de fluxos deixam rapidamente de ser nacionais [...]; o espaço para as novas estratégias de produção, circulação, e consumo passa a ser o espaço mundial, sem barreiras, sem fronteiras e muitas vezes sem soberania”. Essa vinculação linear às redes globais de produção, distribuição e consumo, modela as desigualdades entre os participantes da ação transterritorial, comprometendo o poder de decisão quanto às estratégias a serem seguidas nas bases do desenvolvimento interno.

Com os comandos das principais unidades estratégicas de produção nos centros externos, os Estados nacionais ficam enfraquecidos. As geoestratégias montadas para atender os interesses de grandes corporações globais ganham expressão e configurações de um contexto de crescimento econômico, mas, paradoxalmente, de fraca repercussão nos campos social e cultural. O enfraquecimento do Estado-nação o torna vulnerável às irradiações das crises que se instalam em algum ponto da economia sistêmica.

## **2 – A irradiação da crise**

A irradiação da crise a partir de um epicentro é tanto maior quanto mais forte for o poder hegemônico no qual ela tem origem. Mas o que é verdadeiramente uma crise global? Zakaria (2008:42) afirma que “em um mundo globalizado, quase todos os problemas transbordam das fronteiras”. Os grandes problemas, os que representam desequilíbrios estruturais e organizacionais, certamente. A crise é, verdadeiramente, um desequilíbrio no jogo de forças do sistema econômico. As causas e consequências são analisadas sob diferentes abordagens, porém sempre envolvem algumas das forças que compõem o sistema, vistas sob ópticas determinadas. Se uma das forças se rompe, todo sistema é de alguma forma atingido. Se a economia global é conectada não há como escapar de uma irradiação dos efeitos da crise no sistema; efeitos que ao se originarem num determinado setor, qualquer que seja a motivação, transitam para outro setor, como por exemplo, na atual crise originada no setor financeiro e que rapidamente transitou para o setor produtivo da economia.

A economia, do ponto de vista conceitual, é uma só. É o mundo dos negócios em várias áreas de atividades produtivas, de comércio e serviços e que se vinculam ao campo político. A ciência econômica é também uma ciência política à medida que há uma base institucional das atividades produtivas direcionadas ao campo social. A evolução política dos modernos Estados-nação tem sido fundamental na formulação e práticas econômicas. Há sempre uma base teórica a orientar as atividades produtivas, com maior ou menor participação do poder público.

O século XX, particularmente, conheceu duas formulações teóricas opostas quanto às práticas econômicas. Uma, de base liberal, seguindo os princípios da livre iniciativa, com respaldo político das democracias ocidentais. A outra, produto da ação revolucionária, centralizando no Estado o planejamento e execução da atividade econômica. A primeira, de certo modo, sempre existiu, em formatos diferenciados, porém, mantendo o fundamento do impulso produtor e de comércio característico do ser humano, desde tempos imemoriais

A segunda opção, o coletivismo estatal, foi de breve duração histórica e não deixou uma demonstração de que os problemas do desenvolvimento econômico e social pudessem ser equacionados positivamente por essa via. Desaparecida essa alternativa de estrutura e organização econômica e social, a atividade econômica privada tornou-se uma via de mão única para a produção, para a distribuição e para o consumo, sem a regulação e o controle efetivo do Estado, como salvaguarda dos interesses da sociedade.

O próprio Estado-nação se enfraqueceu diante do poder que se agigantou em mãos de grandes corporações multinacionais e globais. Mas isso não significa uma internacionalização quase completa, segundo Ghemawat (2008:23), que complementa: "A maioria dos tipos de atividade econômica que pode ser realizada dentro de fronteiras ou entre elas ainda está localizada de forma bastante específica por país". Por isso, paradoxalmente, embora enfraquecidos nos seus comandos internos pela abertura econômica do final do século XX, muitos países se fortaleceram por meio de rupturas culturais e passaram a atuar com presença mais forte no cenário global. Trata-se, como acentuou Zakaria (2008:49) de uma "afirmação de identidade [...] e esses laços ficaram mais fortes – cresceram, com efeito – à medida que se aprofundou a interdependência econômica". O paradoxo – globalização e identidade nacional – é um fato novo no cenário mundial. Com a economia global se tornando multipolar, muitos países passaram a ser sedes fortes da atividade econômica. Como afirmou Furtado (2000:18) "o desenvolvimento econômico é um fenômeno com nítida dimensão histórica". A globalização, com seus avanços e crises, tem a dimensão da modernidade atual, na amplitude geográfica e tecnológica

Nessa característica de um mundo transnacional, como afirma Hobsbawm (2007:109) "os governos nacionais coexistem com forças que têm pelo menos o mesmo impacto sobre a vida diária dos cidadãos e que estão, em diferentes graus, fora de seu controle". A crise econômica atual irradiada para fora do foco inicial, atingindo as diversas latitudes do sistema global, se faz sentir nas sociedades nacionais, tanto na dimensão econômica como, diretamente, na dimensão social. O desemprego é sua face mais dura. De uma hora para outra desaparece o pilar da economia capitalista: o crédito.

O desenvolvimento de atividades econômicas está vinculado, indissociavelmente, à disponibilidade de crédito que incentiva e anima os investimentos que geram lucratividade, empregos, tributos, mudança e inovação tecnológica. Essa é a lógica do sistema que atua sempre sob o fio da navalha, tendo de um lado a atividade produtiva e de outro a especulativa. Em dado momento, a irracionalidade especulativa envolve uma ruptura localizada, cujos enlances vinculares desequilibram todo sistema

Nos momentos de crises agudas cresce a importância do Estado-nação. Vieira e Vieira (2007:103) chamavam a atenção: "um grande questionamento surge em tempos de globalização: o papel a ser desempenhado pelo Estado-nação". Esse questionamento está mais atual com a eclosão da crise global iniciada em 2008. Duas alternativas se colocaram diante do desequilíbrio financeiro

que foi repercutindo com crescente intensidade na economia de produção: ou deixa quebrar ou o Estado socorre. E o Estado socorreu. O Estado-nação, com poder de intervenção e regulação no domínio privado passou, no entanto, a parceiro e agente direto na crise do sistema financeiro. Certo; mas, esse é, efetivamente, o papel do Estado-nação em tempos de globalização?

A modernidade global é a modernidade das maximizações. A maximização da globalização (produção, mercados); maximização da tecnologia; maximização da lucratividade. Todas essas maximizações compõem o espectro da economia global. Produzir e operar mercados em todos os continentes, interconectando os lugares sedes da ação econômica com os lugares centros de comando é a conformação geométrica de uma cadeia logística. A fragmentação do espaço econômico global fragmenta a produção em componentes que circulam até um lugar de montagem, total ou parcial, de acordo com os requisitos de mercado. Para tanto é preciso não só maximizar a tecnologia, como deslocá-la para os lugares sedes da ação econômica.

A alta tecnologia quando instalada em uma territorialidade de produção ou montagem é, na verdade, uma forma de desterritorialização, pois não se incorpora à territorialidade nacional exclusiva. Pode se deslocar para outras territorialidades desde que as condições de ambientes de negócios sejam mais atrativas. A maximização da lucratividade é um predicativo global. As grandes corporações globais utilizam os paradigmas pós-modernos da informação, do conhecimento e tecnologia para obterem o maior grau de retorno aos investimentos, contando com benefícios fiscais em cada nacionalidade e alienando-se, totalmente, da questão social interna.

Essa realidade desestabiliza a ordem interna nacional à medida que os Estados nacionais passam a se submeter ao que Touraine (1999) chamou de poder sem centro, ou seja, o poder é transterritorial e os interesses que dele emergem também o são. Essa contextualização da economia global levou Sassen (1999:101) a afirmar que "a globalização econômica implica um conjunto de práticas que desestabilizam outro conjunto de práticas, por exemplo, práticas que vieram a constituir a soberania do Estado Nacional". Nessa ordem transterritorial o desenvolvimento interno, integrado e sustentável tem seus pressupostos básicos: projeto nacional de desenvolvimento, investimento em educação, ciência e tecnologia, qualificação da produção, desenvolvimento de novas capacitações e conciliação ambiental que perdem a batalha para o crescimento falacioso e sustentado por dados oferecidos por agências de classificação e risco suspeitas e pelo caráter especulativo e corporativo dos investidores externos.

Como está configurada, a ordem econômica global muda o papel do Estado-nação, tanto em sua atuação interna como protagonista no painel da globalização. Como afirmou Gragea (2005:99) "uma das principais características da globalização é que já não é impulsionada pelo Estado-nação, como principal agente das relações econômicas internacionais, e isso supera a visão estadocêntrica do enfoque neorrealista". A nova realidade deixa livre a ação das corporações globais, presentes com tecnologia avançada de produção, informação e conhecimento em áreas desterritorializadas nos territórios nacionais. Atuando livremente, sem controle e regulação impositiva, os agentes econômicos internacionais representados pelas grandes corporações financeiras e produtivas fortemente associadas, diminuem o papel representativo do Estado. Contudo, quando o sistema global se desequilibra em torno de seu eixo principal de atuação que é o crédito, com todos os desdobramentos conseqüentes, o Estado ressurgue como poder capaz de reordenar o sistema.

A economia global ou mundialização econômica não é um fenômeno novo, como também não é a participação do Estado nos eventos de conquista com o objetivo de ampliar mercados e dominar fontes de matérias-primas. As empresas de atuação mundial sempre foram protegidas pelo poder dos Estados fortes. A ousadia dos mercadores antigos, a expansão dos impérios, o mercantilismo, a revolução industrial e a globalização são fases e formas do desejo de dominar e lucrar. Embora em posições antagônicas na dialética dos interesses específicos, Estado e empresas sempre caminharam juntos. Conquistas, poder, lucros e impostos são convergências nas divergências ideológicas; não são realidades

excludentes, mas complementares.

A geoestratégia global, conjunto de estratégias aplicadas a conformações transterritoriais, pelas grandes corporações globais, invoca a participação dos Estados nacionais em áreas de logística, infraestrutura e benefícios fiscais. O Estado está presente, mas não voltado para os pontos sensíveis de seu patrimônio estratégico e do bem-estar de sua sociedade. O Estado tornou-se global, como agente e preposto de interesses transterritoriais. Paradoxalmente, libera parte de seu território e seus recursos naturais em nome de investimentos externos cuja origem não sabe precisar com segurança; o poder sem centro de Touraine (1999).

### **3 – O novo papel do Estado e o reordenamento global**

A crise será superada. Os desequilíbrios serão refeitos. Porém, nem tudo será uma retomada do antes. O Estado se envolveu profundamente demais. Não tem como recuar. O poder econômico, especulativo e sem controle, desmoronou e pediu socorro; foi atendido em nome de supostos males maiores. Volta-se à alternativa clássica: deixar quebrar ou socorrer. O socorro veio, é claro, mas a custa da sociedade, que paga, em todas as latitudes, o preço de um princípio ideológico desgastado, senão falido. Já se falou em globalização da produção, globalização dos mercados, unidades estratégicas globais integradas, enfim, o global privado, livre, de espaços econômicos abertos, de estratégias multipolares e soberanias subalternizadas. Mas e o Estado, o Estado-nação, a territorialidade exclusiva, seu patrimônio estratégico como identidade histórica da sociedade que representa? Se ao sair das sombras de um poder econômico dominante e supostamente forte, soberbo e prepotente, para se tornar o agente público salvador das irresponsabilidades gerenciais privadas, atuando para evitar o colapso da ordem global abalada por desequilíbrios estruturais, então, conseqüentemente, transpõe a linha limite entre os valores subalternos e principais.

Esses valores têm uma seqüência de tempo. Ora predominam intensa e predominantemente por longos períodos, ora são ofuscados por dominâncias do poder econômico. Nesse último caso, o Estado atua como agente complementar, garantindo os ambientes de negócios e, na atualidade, a governança global por meio de organismos consultores e financiadores, exaltados em siglas dominantes. O Estado dissocia-se, então, de suas atribuições inalienáveis com a sociedade que representa para tornar-se agente do poder econômico transterritorial, trabalhando em seu favor e não nos próprios planos nacionais de desenvolvimento.

Há um intimismo indissociável entre o Estado e a sociedade que representa. É o Estado-nação com seus símbolos fundamentais, sua sociedade organizada em torno do território; é a grandeza nacional, e essa não se divide como expressou o General De Gaulle (1977). O Estado, a nação e o poder se formam, e se engrandecem, pelos seus próprios esforços internos, seus planos nacionais de desenvolvimento, pela cultura, ciência e tecnologia. Também por seu impulso à mudança, à inovação e à capacitação renovada de sua sociedade. Como acentuam Vieira e Vieira (2007, p.12) "são forças internas prevalentes, estruturas simbólicas nacionais mantidas acima da ordem instituída em cenários transterritoriais". Estado-nação é, portanto, uma identidade nacional, cuja maior ou menor importância no cenário global depende, primeiramente, de sua própria energia interna, capaz de torná-lo um ator principal e não coadjuvante entre os membros da sociedade globalizada.

Cada Estado-nação desenvolve sua própria inteligência estratégica, com base na informação, no conhecimento e na análise de dados, direcionada ao patrimônio estratégico nacional. Esse é constituído de pontos indissociáveis da territorialidade exclusiva, como conformação e segurança nacional, recursos naturais, territórios fronteiriços, empreendimentos nos limites de fronteira e plataforma continental, ciência e tecnologia, educação de alto nível. O Estado-nação tem, portanto, suas atividades regidas por lógicas correspondentes a sua natureza. É nessa lógica que se entende a necessidade de pensar a inteligência estratégica, a segurança nacional, o Estado e suas relações com as diversas formas organizacionais no mundo globalizado.



O Estado-nação por outro lado, não é o abrigo para ambições pessoais, políticas e dirigismos absolutos. A democracia revolucionária já teve seu tempo e não construiu as liberdades e os avanços sociais esperados. Populismos, salvacionismos e outras formas de manifestação política caracterizadas por posições mais abstratas do que reais pouco ou nada tem contribuído para o engrandecimento do Estado-nação. O que vale e importa, realmente, é a capacidade de ordenar internamente a sociedade para a evolução, pela mudança e inovação permanentes.

Na configuração global, pós-crise, o Estado-nação será o resultado de suas próprias decisões no campo econômico, social e cultural. No campo econômico por meio de planos bem estruturados de desenvolvimento nacional, considerando as variáveis éticas, sociais, culturais, ambientais, pensamento científico e tecnológico, infraestrutura, logística e capacidade produtiva; todas contempladas em amplo plano sistêmico e estratégico de metas.

As políticas públicas do Estado-nação a serem desenvolvidas a partir de um momento de grave desequilíbrio econômico global serão, certamente, os fundamentos não só para o fortalecimento econômico interno, como para a elevação cultural da população. O fator cultural é essencial. Com sustentação num sistema educacional renovado, no desenvolvimento de um pensamento científico e tecnológico, na qualificação social, a sociedade nacional será forte no campo da representação política. Essa condição a colocará em posição destacada no cenário global das diferenças nacionais. A cultura, aqui considerada do ponto de vista antropológico, eleva o conceito de Estado nacional à medida que o conhecimento possa impulsionar as sociedades para o exercício da modernidade, de cada modernidade, das atualidades que se sucedem.

Qual a relação entre cultura e tempo-rítmico de desenvolvimento? Quando se instala um processo de desenvolvimento pode-se falar na teoria econômica a partir dos processos produtivos. De alguma forma a institucionalização do Estado-nação começa pelo assentamento de um contingente populacional sob a identidade simbólica de uma nacionalidade. Cada nacionalidade tem uma territorialidade exclusiva, conquistada ou de ocupação ancestral, definida por condições étnicas específicas. A racialidade é marcada por segmentações remotas em diferentes latitudes. O maior grau de isolamento ou concentração de contingentes humanos em dimensões continentais, as influências ambientais, os costumes e os padrões de religiosidade foram definindo ao perpassar do tempo os modos de produção e as regras de trocas.

A teoria econômica se assenta, doutrinariamente, na produção capaz de gerar riqueza, num sistema de trocas global, desde os antigos mercadores, às conquistas imperiais, às grandes companhias das Índias, ocidentais e orientais, às companhias multinacionais até a presente atualidade com as corporações globais. Adam Smith contextualizou "a riqueza das nações" como um marco para as relações de produção em nível nacional e internacional. Paradoxalmente, o liberalismo capitalista, das empresas de atuação global tinha no Estado um suporte suficientemente forte para garantir suas ações, muitas vezes de rapinagem de recursos naturais, divisão internacional do trabalho e imposição de mercados em latitudes bem distantes dos centros de comando.

A lógica que se estabeleceu nas diferentes épocas de evolução do capitalismo primitivo era de rotas mercantis, das caravanas cruzando continentes ou de poderosos exércitos alargando fronteiras e submetendo povos à produção, ao consumo e à tributação. Portanto, o Estado estava presente com poder e como parceiro no processo de desenvolvimento. No capitalismo moderno, há uma ruptura epistemológica e de poder no âmbito global das atividades econômicas, em função do surgimento de novas tecnologias e do crescente poder do Estado-nação. O ciclo das grandes navegações levou a terras distantes o avanço no ritmo de desenvolvimento de poucos Estados nacionais do ocidente que se fortaleceram a partir, principalmente, do século XVI.

O capitalismo moderno, por razões de cultura e costumes, principalmente, após a revolução industrial do século XVII teve um tempo-rítmico de

desenvolvimento mais acelerado em relação a outras nacionalidades continentais. Ao passar dos anos os diferentes tempos de desenvolvimento tiveram repercussões diferenciadas criando, inclusive, hegemonias e subalternidades. Esse é um ponto crucial. Estabelecidas hegemonias e subalternidades, longas decorrências de tempo com *status* de dominação se consolidaram mesmo em contextos de pós-independência. A condição periférica se tornou uma realidade na modernidade industrial e pós-industrial. Nessa última se formaram grupos dominantes, com poucos participantes, com poder econômico e político. Outros grupos, mais numerosos, sob o eufemismo de emergentes, assumiram uma posição subalterna, presencial por convites, com cordialidades diplomáticas em diálogos improdutivos.

Uma vasta contextualização se formou entre as duas realidades. De um lado todas as possibilidades de um tempo-rítmico de desenvolvimento acelerado a partir de uma estrutura cognitiva voltada para o conhecimento, uma mentalidade de ciência e tecnologia; de outro, a condição local de cultura sem os impulsos necessários para transpor a vivência de tradições atávicas, capazes de abrir as fronteiras do conhecimento e liberar energias para ordenamentos futuros. As duas condições, de hegemonia e subalternidade, chegaram intactas à modernidade global e nela permanecem, participando, inclusive e, principalmente, das negatividades.

Houve, contudo, para alguns países sob o *status* de subalternidade na longa decorrência histórica, um momento de ruptura e impulso à nova realidade. A partir do processo educacional e da formação cognitiva voltada à ciência e tecnologia, países da Ásia, principalmente, assumiram posições de vanguarda no processo produtivo. Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento interno e bem-estar da população criaram as bases para um forte mercado interno e uma inserção externa, global, competitiva. Assim, pode-se afirmar que a globalização das diferenças começou a fazer a diferença no momento em que as políticas internas colocaram o Estado e a Nação como cúmplices do desenvolvimento.

No Brasil, isso ocorreu no período 1950-1980, com os planos nacionais de desenvolvimento. Antes, em 1930, o Brasil rompeu com o atraso, com a sociedade rural retardatária, se encaminhando para os primeiros sinais de um novo tempo, de uma nova ordem econômica, baseada nos padrões da então poderosa sociedade industrial. Paradigmaticamente, o planejamento e a gestão estratégica, a infraestrutura e a logística, o salto na educação superior, o fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, o plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico foram variáveis de sustentação à aceleração do tempo-rítmico do desenvolvimento nacional

De um país de estrutura agrária retardatária, formadora de uma elite social e política refratária à mudança e inovação passou, rapidamente, à condição de oitava potência industrial do mundo. A partir de 1985 mudou o conceito quanto às políticas públicas internas. O país assumiu o crescimento baseado no mercado de dívidas externas e internas e, aos poucos, o Estado foi se alienando da nação, até tornar-se preposto e agente econômico das grandes corporações globais.

A teoria crítica da colonialidade incluindo a global contém um vício de origem. Não é a ordem global que coloniza a sociedade latino-americana, como exemplo referencial. Ela, a sociedade latina é que se subalternizou no momento em que se submeteu, por longo tempo, à colonialidade ibérica e global. Um conservadorismo trasladado e outro consagrado por elites nativas formaram um elo suficientemente forte que não foi rompido nas lutas pela independência. A fragmentação política hispânica e a imensa territorialidade imperial portuguesa, embora formando identidades nacionais, deixaram vigentes, ainda, por longos anos, os códigos, os costumes, o formato educacional de origem. Faltou em algum momento da história latina o impulso pela mudança, pela inovação, pela geração de conhecimento. As conseqüências não poderiam ser outras a não ser, quando se iluminou o caminho à nova modernidade, de inserção primária, não só a uma fonte hegemônica, mas a outras, inclusive de longitudes opostas.

A crise na sociedade econômica mundial, agora tratada como global, não é novidade. Basta lembrar estudos em torno dos ciclos econômicos (Kondratief: desenvolvimento capitalista cíclico; Arrighi: ciclos sistêmicos de acumulação de

capital). Esses ensaios de teoria econômica são fundamentados na observação de longos períodos de evolução da acumulação de capital, seja ela mercantilista ou global. O que importa é saber que o mercado não pode ser um ente livre, de ilimitada prática econômica ou financeira, e nem o Estado um ente institucional fraco, impassível e preposto de interesses dominantes. Na presente crise, nem um, nem outro sairão ilesos em suas prerrogativas ideológicas.

Um aspecto analítico interessante é o de Arrighi (1996, p.247) quando fala em "economia de velocidade e não de tamanho". A economia global operacionaliza lugares globais fragmentados do espaço mundial. Com as redes movimentando fluxos em tempo real, a economia tornou-se de velocidade realmente. O tamanho não é mais o das grandes fábricas da revolução industrial, mas unidades estratégicas de produção e montagem em escala global. E o Estado?

O neoliberalismo criou a dialética do tamanho pequeno. Pequeno, fraco e a serviço das corporações globais, divorciado da nação, da sociedade, seus símbolos e patrimônio estratégico. A fragmentação das unidades de produção e seus enlaces e a extrema dependência ao subsistema financeiro (crédito bancário e de investidores) torna o sistema capitalista global uno nos bônus da riqueza e lucratividade e fragmentado e recorrente ao Estado nos momentos de perdas. Os lucros são de poucos, mas as perdas são de todos! Uma lógica cruel que não estará mais "a lo largo" da sociedade, mas dentro dela, a extorquir-lhe recursos, nos dois sentidos, mas, principalmente, nas crises, em nome dos supostos males maiores.

Qual o novo papel do Estado e mudanças na ordem global pós-crise? O Estado terá que se fortalecer por meio de planos bem estruturados e sistêmicos de desenvolvimento. A razão política do Estado será a mesma da sociedade, uma prioridade maior, superior às relações internacionais, embora delas não se isolando: retomar o controle dos comandos internos do patrimônio estratégico, capaz de garantir a soberania e a grandeza nacional. Inserir-se na cultura global, na intelectualidade global, na ciência e tecnologia globais, competir nos mercados externos com conhecimento, valor agregado a seus produtos, valorização de suas diferenças.

A iniciativa privada, a capacidade empreendedora das pessoas, o impulso natural de cada um buscar o aperfeiçoamento cognitivo e a idealização do bem-estar serão pressupostos para um mundo de minimização das desigualdades. A regulação, rígida e incorruptível, colocará o interesse pessoal lado a lado com o interesse coletivo, de tal maneira que um não se aproveitará do outro, não ousará usurpar direitos que afinal são de toda sociedade. O futuro será sempre uma utopia, talvez não ideológica, mas antropológica no sentido das sociedades se elevarem culturalmente, socialmente e dignamente viverem.

O Estado é a nação; a nação é a sociedade em movimento em direção ao futuro, com mudanças e inovações. As iniciativas de produção, circulação e consumo são da responsabilidade de cada um e, por elas, responderão sempre que a regulação for desrespeitada. O Estado não poderá permanecer "ad infinitum" subalterno ao poder econômico. Ao contrário, será o poder maior, institucionalizado, intervindo com rigor sempre que necessário. A ordem econômica interna e global, livre e limpa, será a garantia para o desenvolvimento o mais equânime possível, mas sempre a partir do esforço e da inteligência de cada Estado-nação.

O Estado forte comanda o desenvolvimento, oferece a infraestrutura logística e as bases para a formação continuada de capacidades. O Estado não será um mero expectador, uma força degenerativa dos costumes políticos, da ética e do desperdício dos recursos da sociedade. Limpo, forte e responsável, o Estado será a força impulsora do desenvolvimento interno, capaz de elevar a nação à condição de grandeza e respeitabilidade. O Estado é uma ordem política, de gestão renovada dentro dos princípios da democracia. Essa ordem, contudo, deve ser representativa do que de melhor tem a sociedade em valores humanos. Não é, nesse caso, a quantidade da representação política o mais importante, mas a qualidade, a formação e a honestidade.

A outra força da grandeza nacional é sua representação empresarial. São os

impulsores do desenvolvimento. Deles a nação espera capacidade de organização, gestão e competência para saber determinar, e respeitar, os limites das práticas econômicas e financeiras. A submissão à regulação imposta pela sociedade assegura o desenvolvimento com lisura, distribuição de riqueza e qualificação do modo de vida. O equilíbrio entre as duas forças, a pública e a privada, será a grande alternativa como utopia de futuro, no tempo pós-crise global.

A atividade econômica é a própria dinâmica da sociedade. É, portanto, a expressão de formas de organização, estruturação e gestão da riqueza nacional. Como base para o desenvolvimento, a economia é a face da mudança, da inovação, da atualização de conhecimentos e informações, fatores primordiais a estágios mais avançados da sociedade. Para Vieira e Vieira (2007, p.128) “nesse cenário de dinamismo cognitivo, os valores simbólicos expressam práticas ativadas pelas organizações às quais se reportam as atividades humanas. Assim, organização e sociedade se identificam na cumplicidade do impulso renovador, estabelecendo uma práxis de objetividades no campo concreto das atividades e de subjetividades”. A forma de organizar e praticar a economia desencadeia forças de ativação social nos campos da cultura e da educação. Cultura antropológica por evolução dos costumes e educação como formação avançada, geradora de conhecimento.

Nessa visão, a nação do futuro, sem sofismas, atingirá sua grandeza pela qualificação de sua diferença. Estará mais segura e íntegra pela força telúrica que emergirá do âmago de sua sociedade. O Estado-nação será forte e soberano por seu próprio processo de desenvolvimento, participando do mundo global pela qualificação de sua diferença. Diferença que enriquecerá e fortalecerá, por sua vez, a nova ordem global.

O espaço global é uma consequência do avanço das tecnologias da informação. O tempo é real em todo mundo. Os negócios e os poderes que deles emanam se irradiam pelos quadrantes globais, em latitudes e longitudes onde a produção e o consumo se materializam. A circulação também é rápida e uma poderosa rede midiática se encarrega de produzir necessidades de consumo. Como acentuam Vieira e Vieira (2007, p.18) “o cenário global está em nosso cotidiano, portanto, é a realidade de nossas vidas. Ele, também, incorpora identidades nacionais e compartilha poder e gestão”; tempos de bonanças e perdas, positivities e negatividades. Nesse cenário global está o pecado original: produzir sem limites e consumir sem limites. Há um mundo sem limites? Certamente, não; pensar que há é produzir crises, cíclicas ou sistêmicas, mas sempre crises do sem limites.

#### **4 – Conclusão**

Esse ensaio procurou analisar a crise global do crédito, ou seja, financeira na base e irradiada rapidamente para o sistema econômico produtivo. Não poderia ser de outra forma, pois a economia é um sistema de crédito, tanto por necessidades básicas de sobrevivência a enormes contingentes da população, como, particularmente, pelos estímulos extras ao consumo. Na verdade, crise é o termo para o grande desequilíbrio entre a produção de bens e a capacidade de absorvê-los. O mercado, ente abstrato ao qual se atribuem propriedades que se chocam, quase sempre, com os conceitos de liberdade, democracia, direitos individuais e coletivos não configura uma sociedade de justiça social. Ao contrário, por ele, e em nome dele, se cometem os abusos concentradores de renda e geradores, por consequência, de iniquidades sociais.

Mas o mercado tudo pode. O grande poder mediático assim o exalta, como a figura de um bem maior, intocável e símbolo da liberdade. O mercado de dívidas, eis a grande questão. Crédito por lançamento e débito por compromisso. O crédito e o débito têm seu eufemismo: captação de recursos. Papéis, mais papéis, principais e derivativos, mas tudo papéis. Quanto mais, melhor. O mundo da fantasia financeira, os créditos alavancados, ou serão os débitos, pouco importa a ordem dos fatores na economia financeira enganosa, mas, por momentos, altamente lucrativa. O discurso dos entendidos é bonito, recheado de palavras globais, ininteligíveis, mas sábias, capaz de irradiar credibilidade e sustentabilidade a

milhares e milhões de investidores, pequenos, médios e grandes. Todos são investidores; sem saber, na verdade, que são especuladores, em busca do ganho fácil, onde se joga mais e se trabalha menos.

As cidades não têm mais espaços. Ruas tomadas pelos sonhos de consumo, alimentados pelo brilhantismo das técnicas de convencimento de massa. Centros de compras, comércio, negócios, uma ciranda sem fim. É preciso comprar e comprar; o que é necessário e o inútil. O mercado das dívidas aí está para levar avante os sonhos, as irrealidades, a rotatividade de marcas, os nomes fantasias, tudo num cenário fantasmagórico de orgias competitivas, de produção e consumo ilimitados. Nunca se lucrou tanto com as dívidas; um paradoxo lógico ou ilógico? Que diferença faz! Chamam de bolha, e como toda bolha que se presa, um dia estoura, e feio. Aí, então a liberdade do mercado se esfuma. Tudo o que é sólido se desmancha no ar, para lembrar Marx.

A quebraadeira é anunciada. É preciso o Estado acordar e socorrer. E como o faz? Com o dinheiro da sociedade ou emitindo, pois lhe é facultada a prerrogativa de emitir papel pintado com os nomes fortes de época: dólar, libra e euro na escala global e nomes menos nobres em moedas também menos nobres e em países também menos nobres. Na escala de nobrezas nacionais a conta vai sendo paga. E os grandes lucros que geraram a crise? Onde encontrá-los? Ora, eles foram ganhos e em ganhos não se mexe. Cabe aos políticos se movimentarem na arena nacional e internacional para o socorro. O mundo está entupido de carros, mas é preciso salvar as montadoras e jogar mais carros no mercado, ainda que os espaços urbanos não os comportem mais. Mas aperta daqui, aperta dali e mais carros, ou seja, mais créditos em movimento pelas ruas, pelos centros de compras e tal.

A crise é como os fogos de artifício. Sobem, explodem, causam perplexidades e caem. Mas tudo se reinicia, a roda não pode parar e a sociedade tem que pagar, a pobreza tem que existir, a miséria é uma forma corrompida da tessitura social; é como uma lepra social que tem que ficar à parte, isolada num dos cantos do mundo ou em vários deles. A crise vai se acomodar ou algo vai mudar? Vai mudar, é claro, O Estado, como vimos nessa análise vai ficar mais forte. Resta saber para quem. Os empreendedores vão ficar mais responsáveis. É claro que sim. Também resta saber para quem. A mídia vai ficar mais autêntica. Sim, mas como sobreviverá?

A crise permanecerá até a exaustão dos formadores de opinião e dos políticos discursadores. Depois será esquecida e o dinheiro da sociedade, que tapou o grande buraco, também ficará esquecido, e um novo ciclo de prosperidade se instalará. Mas e o custo social? Ora, alimentará, como sempre, as utopias sem ideologias, os cantos de cisne de uma política viciada e corrompida.

A pobreza, as desigualdades sociais não são produtos da globalização. Sempre existiram. O mundo tinha duas utopias. Uma caiu e descartinou um amplo cenário de pobreza e atraso. A outra explodiu em bolha, mas continua porque é um dos fundamentos da presença do homem nesse recanto do universo. Se o homem tem inteligência é preciso fazer alguma coisa e, ao fazê-la acaba gerando desigualdades, pois todos são desiguais entre si. A grande questão é como atuar, politicamente, ou seja, o Estado minimizar as desigualdades e fortalecer a economia interna de cada nação e a partir daí contribuir para o equilíbrio social e global.

É esse o grande papel do Estado no período pós-crise. Não ficar com os padrões antigos, mas mudar, ele próprio e com ele o comportamento da iniciativa privada e dos costumes da própria população. Uma ruptura de pensamento político, de práticas econômicas e financeiras, um novo plano de desenvolvimento com ênfase no patrimônio estratégico nacional são pressupostos de um sentido cultural a outro dimensionamento cognitivo da população. Sem privilégios baseados em racialidades, todos têm a contribuir para o próprio aperfeiçoamento pessoal e coletivo. A sociedade é um coletivo e é o coletivo social, qualificado por esforço próprio e igualdades de oportunidades que se faz a grandeza nacional.

Quando começou, efetivamente a crise? A partir dos anos 1970 o mundo começou a mudar. A geoestratégia dos espaços econômicos globais, rapidamente,

se fortalece com a diversificação dos pólos de conhecimento. As forças hegemônicas já não estão concentradas em suas bases nacionais antigas. As fragmentações de poder pelo conhecimento e tecnologia se dispersam pelo mundo; novos focos de poder econômico e científico surgem em outros pontos cardeais

A geoestratégia global gera a multipolaridade produtiva e com ela as conexões básicas à instalação de unidades estratégicas de produção global. Os pressupostos oferecidos são: posição estratégica, logística instalada, vantagens fiscais e infraestrutura oferecida. "O lugar global, conseqüente, passa a ser o espaço construído para a economia global", segundo Vieira e Vieira (2007, p.63). A multipolaridade produtiva se ancora no grande jogo financeiro também global. Créditos, investimentos, captações, derivativos e outras palavras-chaves, nacionais e estrangeiras, formam a base financeira da produção global. Os riscos tornaram-se eminentes, pois transgredindo as regulamentações estabelecidas, sem controle efetivo dos órgãos encarregados das predisposições jurídicas, o mercado avançou livre, sem temor, sobre a linha divisória entre uma realidade tangível e as fantasias financeiras intangíveis. Onde começou e quando não importa tanto como saber quais as fragilidades sistêmicas que motivaram o efeito dominó na rede global.

É a partir desse entendimento que as coisas podem mudar. O Estado, e os organismos internacionais criados com fins específicos de regulação e controle, estarão mais presentes, mantendo o mercado dentro de marcos reguladores, bem como estabelecendo limites para a expansão produtiva e as operações financeiras. Cada Estado Nacional se expandirá de acordo com a capacidade interna de consumo e qualificação de sua população. A racionalidade, em cada Estado-nação, no presente, produzirá, sem dúvida, a racionalidade global no futuro!

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi publicada em inglês, com o título *The Economy in Crisis and Global Imbalance: an essay on structural causes*, na Revista *Pensamento & Realidade*, v.26, n.1, 2011, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração, da Faculdade de Economia e Administração da PUC-SP.

<sup>2</sup> Euripedes Falcão Vieira é Doutor em Geografia pela Universidad Del Salvador, Buenos Aires e Bacharel em Ciências Políticas e Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande (RS); Ex-Reitor da FURG; Educador Emérito do RS; Mérito Educacional da FURG; Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Brasil. Interesses atuais de pesquisa: geoestratégia dos espaços econômicos globais; poder e gestão de territórios; desenvolvimento sócio-territorial. E-mail: [euripedesfalcao@gmail.com](mailto:euripedesfalcao@gmail.com)

<sup>3</sup> Marcelo Milano Falcão Vieira é Ph.D. em Administração pela University of Edinburgh, Escócia. Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), no Rio de Janeiro, Brasil. Interesses de pesquisa: formação e estruturação de campos organizacionais, organizações e poder; organizações e desenvolvimento sócio-territorial. E-mail: [marcelo.vieira@fgv.br](mailto:marcelo.vieira@fgv.br)

## REFERÊNCIAS

- ALTMAN, D. *O futuro da economia*. São Paulo: Elsevier/Campus, 2011.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- DE GAULLE, C. *Memórias de guerra*. Vol. I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1977.
- FERRY, L. *Diante da crise*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2000.
- GHEMAWAT, P. *Redefinindo estratégia global, cruzando fronteiras em um mundo de diferenças que ainda importam*. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- GRAGEA, A. M. Casas. *Integración regional y desarrollo en los países andinos*. Quito: Corporación Editora Nacional, 2005.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume editora, 2005.
- LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.
- KRUGMAN, P. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- HOBBSAWM, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SASSEN, S. *Território e territorialidade na economia global*. Globalização e identidade nacional. João Rodrigues Barroso (Org.). São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- SENARCLENS, P. de. *La mondialisation: théories, enjeux et débats*. Paris: Armand Colin, 2005.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- STIGLITZ, J. *A Globalização e seus malefícios*. São Paulo: Editora Futura, 2002.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- VIEIRA, M.M.F. e VIEIRA, E. F. *Geoestratégia global: economia, poder e gestão de territórios*. Rio de Janeiro: FGV/Editora, 2007.
- VIEIRA, E. F. e VIEIRA, M. M. F. *Espaços econômicos: geoestratégia, poder e gestão de território*. Porto Alegre: Editora Sagra/Luzzatto, 2003.
- ZAKARIA, F. *O mundo pós-moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

**Voltar**